

O trabalho por conta própria em Portugal

Sónia Torres – Instituto Nacional de Estatística

Pedro Raposo – *Catolica Lisbon School of Business and Economics*

Resumo

“O trabalho por conta própria” é uma operação estatística que foi realizada em todos os Estados-Membros da União Europeia (UE-28), pela primeira vez em 2017, como módulo *ad hoc* do *Labour Force Survey* (LFS; Inquérito ao Emprego, em Portugal). A relevância deste tema resulta da necessidade de acompanhar os progressos conseguidos relativamente aos objetivos estabelecidos na Estratégia Europa 2020, de aumentar a taxa de emprego através da promoção do emprego por conta própria e de definir políticas de emprego.

O objetivo deste estudo é analisar outras características dos trabalhadores por conta própria em Portugal, no 2.º trimestre de 2017, para além das que são habitualmente recolhidas no âmbito do Inquérito ao Emprego, nomeadamente sobre a sua natureza (se estes trabalhadores exercem a sua atividade num contexto de independência económica e organizacional ou não), as condições em que é realizado (como o que motivou as pessoas a tornarem-se trabalhadores por conta própria – se resultado de uma escolha ou se por necessidade – e quais as dificuldades sentidas, bem como as razões para não terem pessoas ao serviço) e a possibilidade de comparação dos níveis de satisfação e de autonomia profissionais, entre outros, com os dos trabalhadores por conta de outrem.

Summary

The “Self-employment” is a statistical operation conducted in all Member States of the European Union (EU-28), for the first time in 2017, as an *ad hoc* module of the Labour Force Survey. The relevance of this topic comes from the need to monitor the progress achieved towards the objectives laid down in the Europe 2020 Strategy, of increasing the employment rate through the promotion of self-employment and of designing labour market policies.

The purpose of this study is to analyze other self-employed characteristics in Portugal, in the 2nd quarter of 2017, besides those usually collected from the quarterly Labour Force Survey, namely about its nature (whether these workers perform their activity in an independence context, either economic or organisational, or not), the conditions under which it is performed (as what has motivated persons to become self-employed – if it was a result of a free choice or by necessity – and the difficulties faced, as well as the reasons for not having employees), and the possibility to compare the professional satisfaction and autonomy levels, among others, with those of employees and family workers.

O trabalho por conta própria em Portugal

Sónia Torres* – Instituto Nacional de Estatística

Pedro Raposo* – Católica Lisbon School of Business and Economics

1. Introdução

O trabalho por conta própria representa uma proporção não negligenciável do emprego na União Europeia. No 2.º trimestre de 2017, o número de trabalhadores por conta própria (TCP) na União Europeia (28 países, UE) correspondia a 14,6% do total da população empregada. Além disso, os TCP constituem um grupo de pessoas muito heterogéneo, quer nas características demográficas que evidenciam, quer nas motivações e condições em que exercem a sua atividade. A incidência do trabalho por conta própria é diferenciada por sexo (18,3% para os homens e 10,3% para as mulheres) e crescente com a idade (desde 4,1% para os jovens de 15 a 24 anos até 45,2% para as pessoas com 65 e mais anos). Verifica-se também que 28,1% dos TCP exerciam a sua atividade com pessoas ao serviço (como empregadores) e 71,9% exerciam-na sem pessoas ao serviço (como isolados).

Este quadro não se tem alterado muito nos últimos anos. A proporção de TCP no total da população empregada na UE em 2011 era de 15,1% e em 2016 era de 14,8%. No entanto, neste período a população empregada aumentou 3,7%, enquanto o número de TCP aumentou apenas 1,0%.

Estes resultados e a necessidade de acompanhar os progressos conseguidos relativamente aos objetivos estabelecidos na Estratégia Europa 2020, de aumentar a taxa de emprego através da promoção do emprego por conta própria, conduziram a Comissão Europeia a solicitar informação mais detalhada do que a existente no *Labour Force Survey* (LFS). Desta forma, o tema do emprego por conta própria constituiu o módulo *ad hoc* de 2017 do LFS, tema que é abordado pela primeira vez.¹

* As opiniões expressas no Tema em análise são da inteira responsabilidade dos autores e não coincidem necessariamente com a posição do Instituto Nacional de Estatística.

¹ Este módulo integra o programa de módulos *ad hoc* para o período 2016-2018 estabelecido no Regulamento Delegado (UE) N.º 1397/2014 da Comissão, de 22 de outubro de 2014. As especificações técnicas do módulo estão previstas no Regulamento de Execução (UE) N.º 2016/8 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016.

Este módulo inclui 11 variáveis que permitem conhecer outras características do trabalho por conta própria, para além das habitualmente recolhidas no âmbito do LFS (Inquérito ao Emprego, em Portugal), nomeadamente sobre a sua natureza (por exemplo, se estes trabalhadores exercem a sua atividade num contexto de independência económica e organizacional ou não), as condições em que é realizado (como o que motivou as pessoas a tornarem-se TCP – se resultado de uma escolha ou se por necessidade – e quais as dificuldades sentidas, bem como as razões para não terem pessoas ao serviço) e a possibilidade de comparação dos níveis de satisfação e de autonomia profissionais, entre outros, com os dos trabalhadores por conta de outrem (TCO).

Em Portugal, o módulo *ad hoc* de 2017 “Emprego por conta própria” foi realizado, como é prática habitual, em conjunto com o Inquérito ao Emprego no 2.º trimestre de 2017.

Neste artigo são analisados, em primeiro lugar (pontos 3 a 5), os principais resultados do módulo, dando primazia ao número de pessoas e à distribuição pelas modalidades de resposta de cada uma das 11 variáveis, destacando-se as diferenças entre TCP sem pessoas ao serviço (isolados) e TCP com pessoas ao serviço (empregadores). A análise organiza-se em três temas (submódulos) cobertos por este módulo, os quais incluem as seguintes variáveis:

Submódulo 1: TCP economicamente dependentes

- Dependência económica: número e grau de importância dos clientes (nos últimos 12 meses).
- Dependência organizacional: influência de quem decide o horário de trabalho diário.

Com estas duas variáveis é possível operacionalizar o conceito de trabalho por conta própria economicamente dependente, correspondendo este ao conjunto de TCP sem pessoal ao serviço que só têm um cliente ou um cliente dominante e cujo cliente (ou o principal cliente) é quem determina o horário de trabalho.

Estes trabalhadores têm características comuns às dos TCO, pelo que o seu estatuto profissional, que se pretende aqui analisar, é frequentemente considerado ambivalente.

O tema da dependência económica dos TCP tem sido alvo de debate na última década, mas sobre o qual não existe informação quantitativa e internacionalmente comparável, dificuldade que os resultados deste módulo visam suprir. Esta será a primeira tentativa para quantificar e caracterizar este grupo de pessoas.

A população-alvo deste submódulo corresponde à população residente em Portugal que estava empregada por conta própria no 2.º trimestre de 2017 (806,2 mil pessoas).

Submódulo 2: Condições de trabalho dos TCP

- Razão principal para se ter tornado TCP.
- Dificuldade principal sentida no exercício do trabalho por conta própria.
- Razão principal para a não existência de pessoas ao serviço.
- Existência de parceiros de negócios.
- Planos de contratação e/ou de recurso a subcontratação.

A população-alvo deste submódulo corresponde igualmente à população empregada por conta própria no 2.º trimestre de 2017.

Submódulo 3: Os TCP e os TCO

- Satisfação profissional.
- Autonomia profissional.
- Situação na profissão preferida (na atividade principal).
- Razão principal para os TCO (e os trabalhadores familiares não remunerados) que preferiam ser TCP não terem mudado de situação na profissão (na atividade principal).

Este submódulo 3 tem por objetivo comparar os níveis de satisfação e de autonomia conseguidos pelos TCO e pelos TCP, bem como conhecer as razões pelas quais os TCO que desejavam ser TCP não o puderam ser.

A população-alvo deste módulo corresponde à população empregada total (4 760,4 mil pessoas).

Ser empresário resulta, normalmente, da escolha de um indivíduo de criar uma empresa, a qual deverá, presumivelmente, empregar outros trabalhadores. Sabe-se, pela teoria económica e pela evidência empírica, que há várias determinantes que levam um indivíduo a tornar-se empresário, sendo que este tem características diferentes das dos outros trabalhadores, nomeadamente uma menor aversão ao risco.

De entre as várias motivações/constrangimentos para que uma pessoa se possa tornar um empresário bem-sucedido (por exemplo, em termos de dimensão da empresa criada), encontram-se as restrições financeiras. Considerando que esta informação está muito raramente disponível, uma forma alternativa de analisar o efeito dessas restrições pode ser através da distinção entre os empresários por escolha ou por necessidade. Os indivíduos que se tornaram empresários por opção não terão enfrentado tantas restrições financeiras.

Nesta linha, no ponto 6 deste artigo apresentam-se os resultados, separadamente para dois subgrupos de pessoas construídos a partir das respostas a uma questão do módulo sobre a motivação para se terem tornado TCP: 1) os que o fizeram por escolha, para beneficiarem das

vantagens habitualmente associadas ao trabalho por conta própria (ser dono do seu negócio, ter autonomia para tomar decisões sobre o desenvolvimento de novos produtos e/ou serviços, entre outras), que está na base do empreendedorismo e da geração de emprego e de inovação: 2) e os que se viram forçados/impelidos, em resposta às adversidades da conjuntura económica, a enveredar por esta situação na profissão.

No ponto 7 são apresentados os resultados de um modelo de regressão Logit que procura relacionar a probabilidade de pertencer a um destes dois grupos de trabalhadores com um conjunto de características dos indivíduos e do seu trabalho (existentes no Inquérito ao Emprego trimestral), bem como com variáveis específicas do módulo relevantes para o efeito. Ainda neste ponto são apresentados os resultados de um modelo de sobrevivência, em que se procura analisar o impacto de cada uma daquelas características na transição da situação de não emprego (há um ano) para a situação de TCP (atual).

Por fim, importa acrescentar que é possível realizar apuramentos, mediante a formulação de pedidos específicos, de qualquer uma das variáveis observadas no módulo *ad hoc* cruzada com outras variáveis do Inquérito ao Emprego do 2.º trimestre de 2017, desde que salvaguardada a qualidade da informação obtida, atendendo aos erros de amostragem que lhe estejam associados.

2. Tendências recentes e contexto Europeu

Diminuição da proporção de TCP e aumento da proporção de TCP sem pessoas ao serviço nos últimos anos em Portugal.

No 2.º trimestre de 2017, o número de TCP em Portugal correspondia a 16,9% da população empregada, situando-se acima da média para a UE (14,6%). Porém, ao contrário do sucedido na UE, tem-se assistido a uma tendência decrescente nos últimos anos: de 20,9% em 2011 para 17,1% em 2016 (estabilidade na UE).

A proporção de TCP com pessoas ao serviço em Portugal era de 27,5%, enquanto a de TCP sem pessoas ao serviço era de 72,5%. A proporção de TCP com pessoas ao serviço situa-se um pouco abaixo da observada na UE (28,1%). Também ao contrário do observado na UE, constata-se uma tendência crescente nos últimos anos: de 24,7% em 2011 para 27,8% em 2016.

Gráfico 1: Evolução dos indicadores de TCP em Portugal (%)

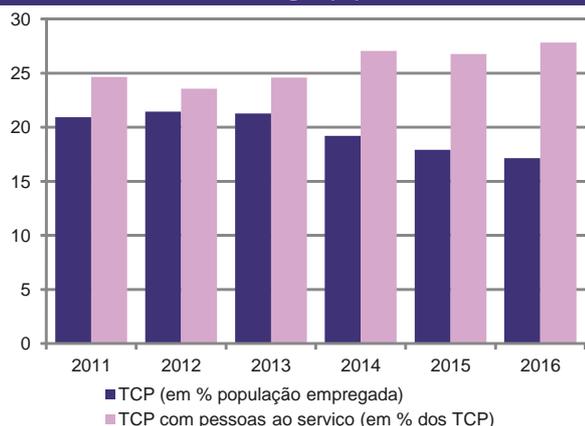
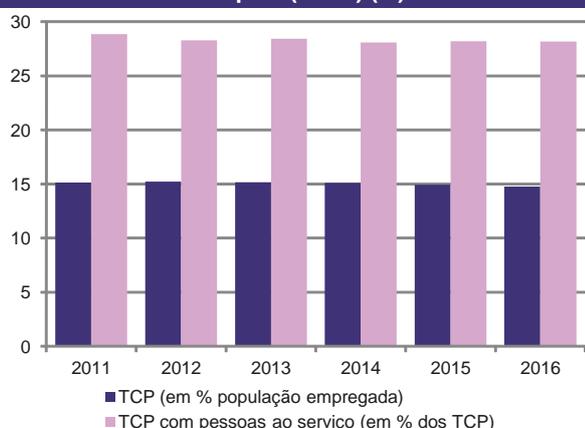


Gráfico 2: Evolução dos indicadores de TCP na União Europeia (UE28) (%)



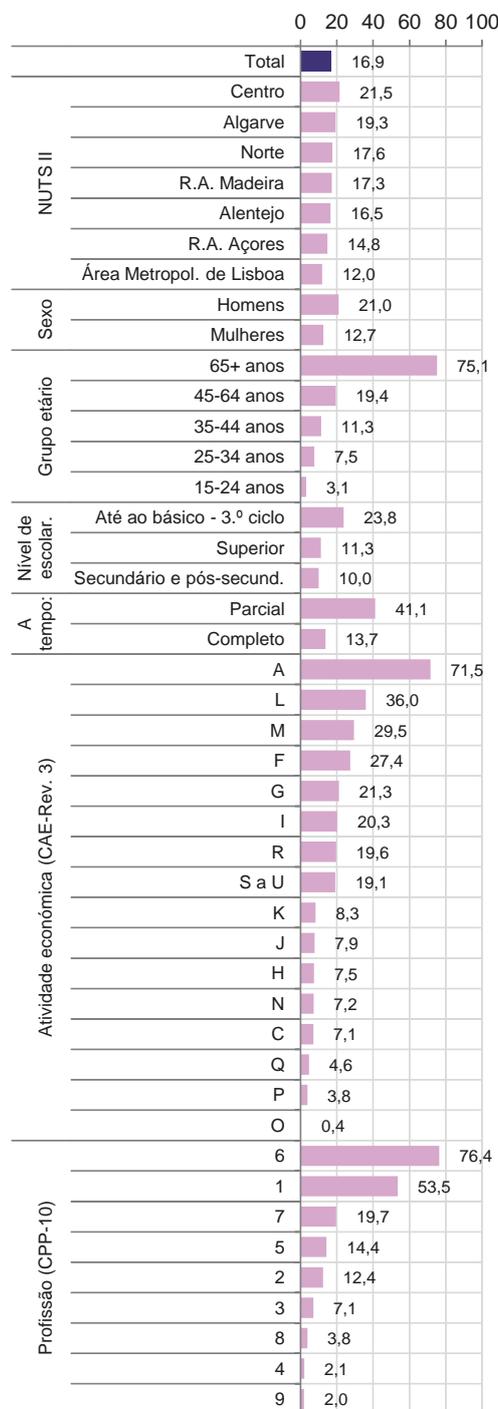
Forte incidência do trabalho por conta própria nas faixas etárias mais elevadas e nas atividades e profissões associadas ao setor primário.

A incidência do trabalho por conta própria (proporção dos TCP no total da população empregada) em Portugal é muito heterogénea, sendo de destacar, acima da média global (16,9%), as seguintes situações² (Gráfico 3 e Quadro 1):

- Regiões NUTS II Centro (21,5%), Algarve (19,3%), Norte (17,6%) e Região Autónoma da Madeira (17,3%).
- Homens (21,0%).
- Pessoas com 65 ou mais anos (75,1%) e do grupo etário dos 45 aos 64 anos (19,4%).
- Pessoas com um nível de escolaridade completo até ao básico - 3.º ciclo (23,8%).
- Pessoas a trabalhar a tempo parcial (41,1%).
- Pessoas a trabalhar nas seguintes atividades económicas: *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca* (71,5%), *Atividades imobiliárias*

(36,0%), *Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares* (29,5%), *Construção* (27,4%), *Comércio por grosso e a retalho* (21,3%), *Alojamento, restauração e similares* (20,3%) e *Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas* (19,6%).

Gráfico 3: Incidência dos TCP (em % da população empregada)



Nota: Consultar a legenda das atividades e profissões no Anexo.

- Pessoas com as seguintes profissões: *Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e*

² Informação referente ao 2.º trimestre de 2017.

da floresta (76,4%), Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos (53,5%) e Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices (19,7%).

Por seu turno, as menores incidências de TCP são observadas na Área Metropolitana de Lisboa (12,0%), nas mulheres (12,7%), nos jovens dos 15 aos 24 anos (3,1%) e dos 25 aos 34 anos (7,5%), nas pessoas com um nível de escolaridade completo correspondente ao ensino secundário e pós-secundário (10,0%) e superior (11,3%), a trabalhar a tempo completo (13,7%), nas atividades *Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória* (0,4%), *Educação* (3,8%) e *Atividades da saúde humana e apoio social* (4,6%) e nas profissões *Trabalhadores não qualificados* (2,0%), *Pessoal administrativo* (3,1%) e *Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem* (3,8%).

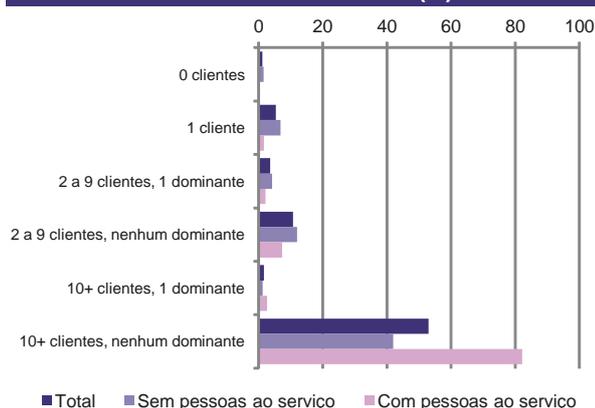
3. TCP economicamente dependentes

(Gráficos 4 e 5 e Quadro 2)

Mais de metade dos TCP afirmam ter tido 10 ou mais clientes (e nenhum com posição dominante).

Do total de TCP no 2.º trimestre de 2017 (806,2 mil pessoas), 53,0% declaram ter tido 10 ou mais clientes em que nenhum deles tinha posição dominante (ou seja, nenhum cliente assegura 75% ou mais do rendimento do TCP). Aquela proporção, contudo, atingiu os 82,1% para os TCP com pessoas ao serviço (empregadores), ficando-se nos 42,0% para os que não têm pessoas ao serviço (isolados).

Gráfico 4: TCP por número e importância dos clientes nos últimos 12 meses (%)



Nota: Nestes gráficos, não estão representadas as não respostas, pelo que a soma das respostas às várias modalidades não corresponde a 100%.

Por outro lado, apenas 11,9% dos TCP indicam não ter tido clientes, ter tido um cliente ou mais do que um cliente, mas um deles com posição dominante. Esta proporção

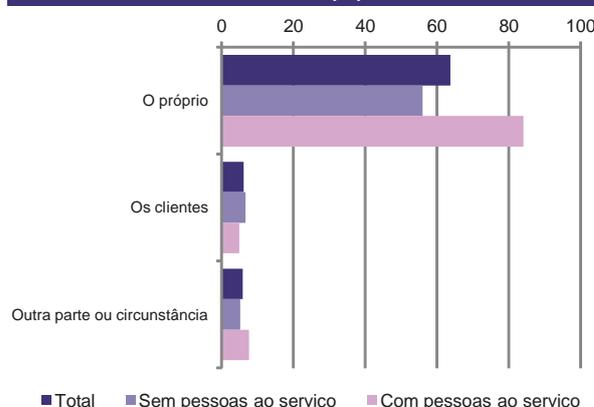
era de 6,7% para os que têm pessoas ao serviço e 13,9% para os que não têm.

Quase dois terços dos TCP decidem autonomamente o seu horário de trabalho.

Do total de TCP excluindo os que não tiveram clientes nos últimos 12 meses (796,6 mil), 63,7% indicaram ser os próprios quem decide o horário de trabalho diário, havendo também aqui uma distinção entre os que têm pessoas ao serviço (84,0%) e os que não têm (55,9%).

No outro extremo, apenas 6,2% dos TCP em análise indicaram ser os clientes quem decide o horário de trabalho diário. Esta proporção era de 4,9% para os que têm pessoas ao serviço e de 6,6% para os que não têm.

Gráfico 5: TCP por quem decide o horário de trabalho diário (%)



Quase todos os TCP são economicamente não dependentes.

Entre os TCP sem pessoas ao serviço (584,7 mil; 72,5% do total de TCP), quase todos (98,2%) podem ser classificados como economicamente não dependentes, isto é, referiram que têm mais do que um cliente e nenhum em posição dominante e que não são os clientes (nem outra parte ou circunstância) quem determina o horário de trabalho.

4. Condições de trabalho dos TCP

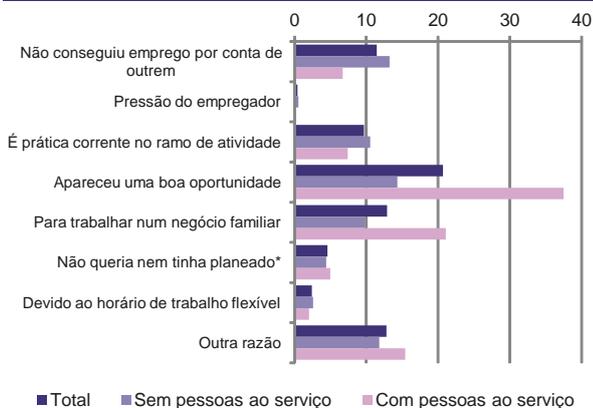
(Gráficos 6 a 10 e Quadro 2)

Um quinto dos TCP indicam que o são porque apareceu uma boa oportunidade e em 13% dos casos para trabalhar num negócio familiar.

20,7% dos TCP indicaram como principal razão para estarem nesta situação na profissão o facto de ter aparecido uma boa oportunidade, seguindo-se o de trabalhar num negócio familiar (12,9%). Estas duas razões foram também as mais apontadas para os que têm pessoas ao serviço, até de forma reforçada (37,5% e 21,1%, respetivamente). Já para os que não têm pessoas

ao serviço, a seguir ao ter aparecido uma boa oportunidade (14,3%) surge uma razão “negativa”, o não ter conseguido um emprego por conta de outrem (13,3%).

Gráfico 6: TCP por razão principal do trabalho por conta própria (%)



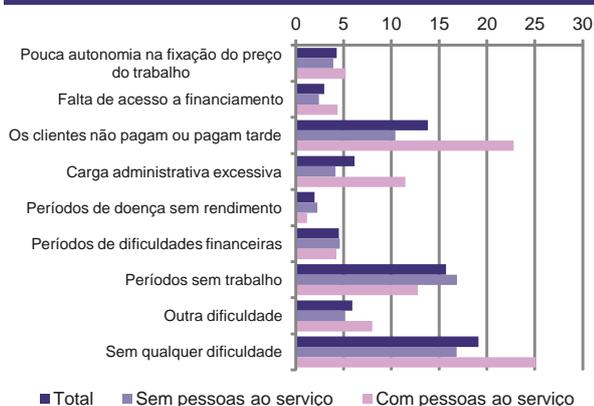
*..., mas fê-lo por razões diferentes das anteriores.

30% dos TCP apontam como dificuldades principais no exercício da atividade os períodos sem trabalho e o não pagamento (ou pagamento tardio) dos clientes.

Relativamente às dificuldades sentidas no exercício da atividade por conta própria, 19,1% dos trabalhadores indicam não ter tido qualquer uma, enquanto 15,7% mencionam os períodos sem trabalho e 13,8% referem a existência de clientes que não pagam ou que pagam tarde. As restantes dificuldades, em conjunto, são reportadas por um quarto dos TCP.

Também a este nível, há diferenças a assinalar entre isolados e empregadores: para os primeiros, a proporção dos que referem a inexistência de dificuldades iguala a dos que indicam os períodos sem trabalho (16,8%); para os segundos, a proporção dos que referem a inexistência de dificuldades é superior (25,1%), seguindo-se o não pagamento (ou pagamento tardio) dos clientes (22,8%).

Gráfico 7: TCP por dificuldade principal sentida no exercício da atividade por conta própria nos últimos 12 meses (%)



Dois quintos dos TCP não têm pessoas ao serviço porque não há trabalho suficiente.

Questionados os TCP sem pessoas ao serviço (584,7 mil) sobre a razão principal para não terem pessoas ao serviço, 41,6% indicaram que tal se justifica por não haver trabalho suficiente. Em segundo e terceiro lugares, mas bem distanciados do primeiro, surgem a vontade de trabalhar sozinho (7,8%) e os elevados encargos com os trabalhadores (6,6%).

Gráfico 8: TCP sem pessoas ao serviço por razão principal para não terem pessoas ao serviço (%)

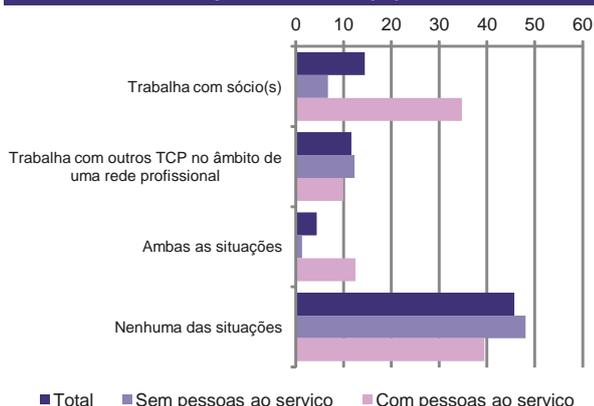


57% dos TCP com pessoas ao serviço trabalham com sócios e/ou com outros TCP no âmbito de redes profissionais.

Relativamente à existência de parceiros profissionais, apenas 14,5% revelam trabalhar com sócios e 11,7% com outros TCP no âmbito de redes profissionais (e 4,4% em ambas as situações), sendo quase metade (45,7%) os que indicam não trabalhar em nenhuma das situações anteriores.

Para os TCP com pessoas ao serviço (empregadores), a percentagem dos que trabalham com sócios é muito maior (34,7%), sendo inferior a percentagem dos que não trabalham com sócios nem no âmbito de redes (39,5%). Por seu turno, para os TCP sem pessoas ao serviço (isolados), a percentagem dos que trabalham com sócios é praticamente metade da média global (6,8%), sendo superior a percentagem dos que não trabalham com sócios e/ou no âmbito de redes (48,1%).

Gráfico 9: TCP por existência de parceiros profissionais (%)

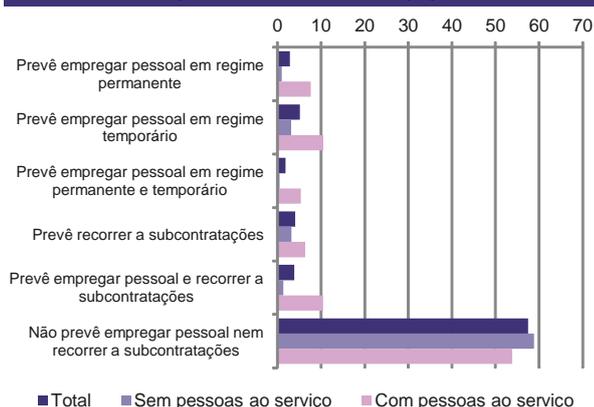


A maior parte dos TCP não preveem empregar pessoal nem recorrer a subcontratações nos próximos 12 meses.

Relativamente aos planos de contratação de empregados e/ou de subcontratação para os próximos 12 meses, verifica-se que a maior parte dos TCP não prevê empregar pessoal nem recorrer a subcontratações (57,5%). Esta percentagem é um pouco maior entre os isolados (58,9%), quando comparada com a dos empregadores (53,8%).

Salienta-se ainda a pouca expressão dos que preveem empregar pessoal em regime permanente (2,8%), sobretudo no caso dos isolados (1,0%), quando comparados com os empregadores (7,6%).

Gráfico 10: TCP por planos de contratação de empregados e/ou de subcontratação para os próximos 12 meses (%)



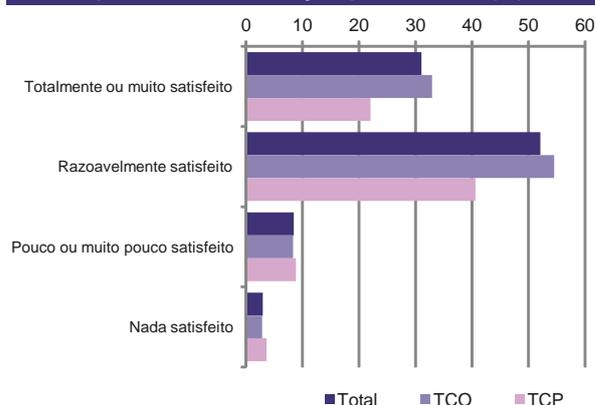
5. Os TCP e os TCO

(Gráficos 11 a 14 e Quadro 3)

Os níveis médios de satisfação no trabalho dos TCO são maiores do que os dos TCP...

Mais de quatro quintos da população empregada³ revela estar razoavelmente satisfeita em termos profissionais (52,1%) ou mesmo totalmente ou muito satisfeita (31,1%). Estas percentagens são ligeiramente superiores para os TCO (54,5% e 33,0%, respetivamente) e bastante inferiores para os TCP (40,6% e 22,1%), sobretudo para os que têm pessoas ao serviço (36,4% e 17,0%).

Gráfico 11: População empregada por situação na profissão e satisfação profissional (%)



... mas os níveis médios de autonomia profissional dos TCP são maiores do que os dos TCO.

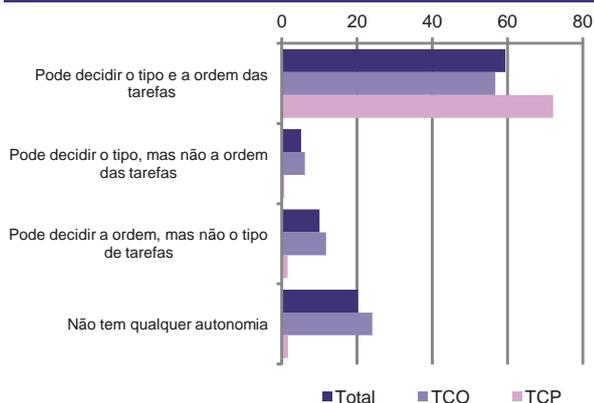
Três quartos da população empregada revela ter autonomia para decidir o tipo e a ordem das tarefas (59,4%), apenas o tipo das tarefas (5,2%) ou apenas a ordem das mesmas (10,0%).

Estas percentagens não são muito diferentes para os TCO (56,7%, 6,1% e 11,8%, respetivamente).

Para os TCP, destaca-se a elevada percentagem dos que indicam ter autonomia para decidir o tipo e a ordem das tarefas (72,1%), sobretudo para os que não têm pessoas ao serviço (93,8%), quando comparados com os que têm (63,9%).

³ No 2.º trimestre de 2017, a população empregada foi de 4 760,4 mil pessoas.

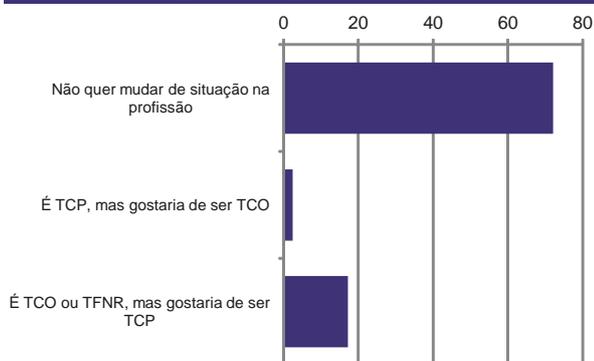
Gráfico 12: População empregada por situação na profissão e autonomia profissional (%)



Todavia, são relativamente mais frequentes os TCO que pretendem mudar de situação na profissão do que os TCP.

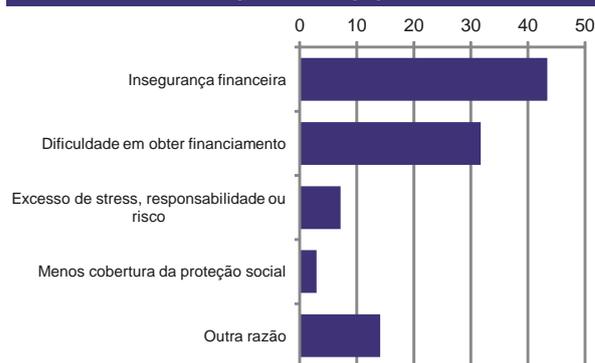
Quase três quartos (72,1%) da população empregada indicou não querer mudar de situação na profissão, 2,4% dos TCP gostariam de ser TCO e 17,2% dos TCO (e trabalhadores familiares não remunerados; TFNR) gostariam de ser TCP. Tendo em conta os resultados anteriores, os benefícios percebidos sobre a maior autonomia profissional do trabalho por conta própria parecem sobrepor-se à menor satisfação profissional revelada.

Gráfico 13: População empregada por situação na profissão preferida (%)



Tomando por referência os TCO (e os TFNR) que indicaram preferir trabalhar por conta própria, as razões principais apontadas para não terem mudado de situação na profissão foram: a insegurança financeira associada ao trabalho por conta própria (43,4%) e a dificuldade em obter financiamento (31,8%). O excesso de stress, responsabilidade ou risco (7,2%) e a menor cobertura da proteção social (2,9%), entre outras razões (14,1%), sendo importantes, foram mencionadas, em conjunto, por apenas um quarto daqueles trabalhadores.

Gráfico 14: TCO e TFNR que preferiam ser TCP por razão principal para não mudarem de situação na profissão (%)



6. O trabalho por conta própria. Escolha ou necessidade?

Do ponto de vista das políticas de emprego, o trabalho por conta própria é encarado como um motor de empreendedorismo, conduzindo à criação de postos de trabalho e de inovação. O aumento da procura desta forma de trabalho envolve correr riscos, mas também permite gerar os retornos financeiros daí decorrentes. Além disso, permite uma maior autonomia laboral, na medida em que existe a oportunidade de escolher a forma de organização do trabalho (como, onde e quando é executado trabalho) e o preço desse trabalho.

Por outro lado, há preocupações associadas à circunstância de nem sempre o trabalho por conta própria ser o resultado de uma escolha genuína, assumindo, nalguns casos, características muito próximas do trabalho por conta de outrem, numa posição de dependência económica.

Neste ponto, procede-se à distinção entre dois tipos de TCP: os que o são por assim o desejaram e os que o são porque se viram forçados a sê-lo, em resposta às adversidades da conjuntura económica.

Aquela distinção foi feita por recurso à classificação dos indivíduos segundo as modalidades de resposta na pergunta sobre a razão principal para o trabalho por conta de própria. Foram então definidos os seguintes grupos (os dois pretendidos e um residual):

- **TCP por escolha:** indivíduos que apontaram as razões “apareceu uma boa oportunidade”, “para trabalhar ou dar continuidade a um negócio familiar” e “devido ao horário de trabalho flexível”.
- **TCP por necessidade:** indivíduos que referiram as razões “não conseguiu encontrar um emprego por conta de outrem”, “por pressão do empregador” e “não queria nem tinha planeado trabalhar por conta própria, mas fê-lo por razões diferentes das anteriores”.

- **TCP por outros motivos:** indivíduos que indicaram as razões “é prática corrente no ramo de atividade que tem”, “outra razão” e as “não respondas”.

Apenas pouco mais de um terço dos TCP o são por sua livre escolha e 16% são-no por necessidade.

De acordo com a tipologia acima descrita, os resultados do módulo indicam que dos 806,2 mil TCP no 2.º trimestre de 2017, 36,0% (290,4 mil indivíduos) são-no por escolha e 16,4% (132,4 mil) são-no por necessidade (47,6% dos indivíduos não conseguiram identificar uma das razões apresentadas).

A proporção de TCP por escolha é muito maior para os empregadores (60,6%) do que para os isolados (26,7%).

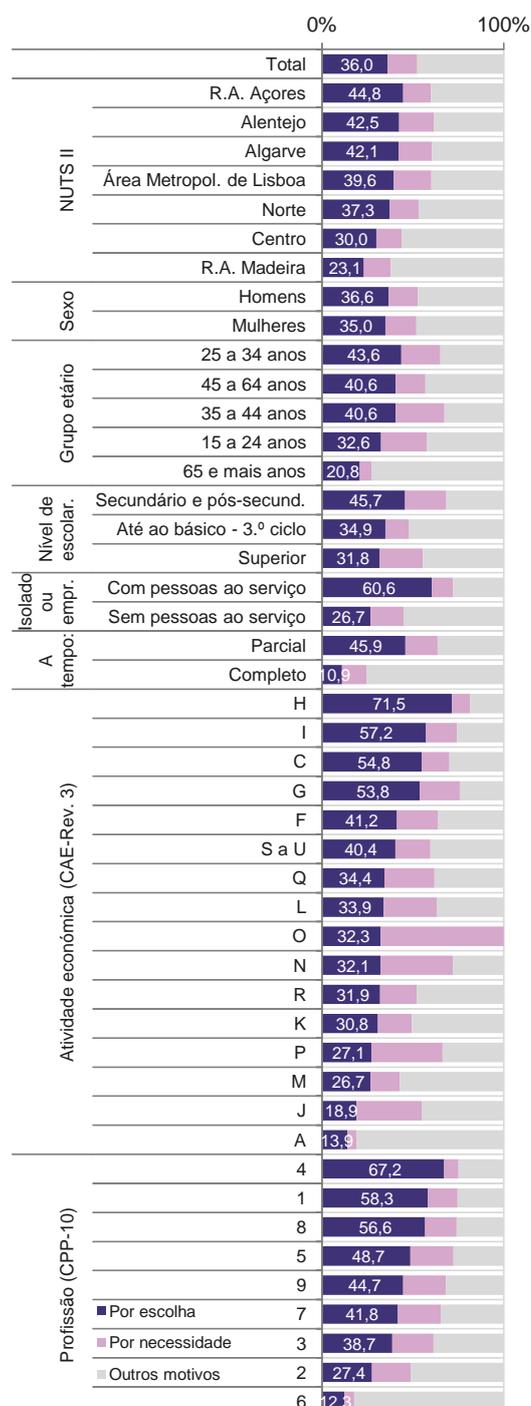
As maiores proporções de TCP que o são por escolha encontram-se nos seguintes grupos (acima da média global, de 36,0%) (Gráfico 15 e Quadro 14):

- Região Autónoma dos Açores (44,8%), Alentejo (42,5%), Algarve (42,1%), Área Metropolitana de Lisboa (39,6%) e Norte (37,3%).
 - Homens (36,6%).
 - Pessoas dos grupos etários intermédios: de 25 a 34 anos (43,6%), de 45 a 64 anos (40,6%) e de 35 a 44 anos (40,6%).
 - Pessoas com um nível de escolaridade completo correspondente ao ensino secundário e pós-secundário (45,7%).
 - Pessoas com um nível de escolaridade completo correspondente ao ensino secundário e pós-secundário (45,7%).
 - TCP com pessoas ao serviço (empregadores) (60,6%).
 - Pessoas a trabalhar a tempo parcial (45,9%).
 - Pessoas a trabalhar nas seguintes atividades económicas: *Transportes e armazenagem* (71,5%), *Alojamento, restauração e similares* (57,2%), *Indústrias transformadoras* (54,8%), *Comércio por grosso e a retalho* (53,8%) e *Construção* (53,8%).
- Salienta-se, ainda, o facto de a maior variabilidade neste indicador se encontrar nas atividades económicas e de as maiores proporções de TCP que o são por necessidade se encontrarem associadas a atividades da *Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória* (67,7%), nas *Atividades administrativas e dos serviços de apoio* (39,9%) e na *Educação* (39,2%).
- Pessoas em quase todas as profissões, por esta ordem: *Pessoal administrativo* (67,2%), *Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos* (58,3%), *Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem* (56,6%), *Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores* (48,7%), *Trabalhadores*

não qualificados (44,7%), *Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices* (41,8%) e *Técnicos e profissionais de nível intermédio* (38,7%).

Apenas os *Especialistas das atividades intelectuais e científicas* e os *Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta* têm proporções de TCP por escolha abaixo da média global (27,4% e 12,3%, respetivamente).

Gráfico 15: TCP por escolha ou necessidade



A maior parte dos TCP não têm planos de contratação para os próximos 12 meses. Este é o caso de 71,1% dos TCP por escolha e de 84,2% dos TCP por necessidade.

Analisando as respostas às restantes perguntas do módulo destes dois grupos de indivíduos, pode concluir-se o seguinte (Gráficos 16 a 23 e Quadro 5):

- Do total de TCP por escolha no 2.º trimestre de 2017 (290,4 mil), 72,2% declaram ter tido 10 ou mais clientes em que nenhum deles tinha posição dominante. No caso dos TCP por necessidade esta percentagem é de 63,2%.
- Do total de TCP por escolha excluindo os que não tiveram clientes nos últimos 12 meses (286,4 mil), 85,8% indicaram ser os próprios quem decide o horário de trabalho diário. No caso dos TCP por necessidade esta percentagem desce para 79,9%.
- Entre os TCP por escolha sem pessoas ao serviço (156,2 mil; 53,8% do total de TCP por escolha), quase todos (97,8%) podem ser classificados como economicamente não dependentes. No caso dos TCP por necessidade esta percentagem é de 96,1%.
- Relativamente às dificuldades sentidas no exercício da atividade por conta própria, 25,8% dos TCP por escolha indicam não ter tido qualquer uma, enquanto 19,6% mencionam a existência de clientes que não pagam ou que pagam tarde e 19,5% referem os períodos sem trabalho. No caso dos TCP por necessidade, aquelas percentagens são, respetivamente, 18,0%, 14,0% e 29,0%, isto é, ganha relevância a dificuldade associada aos períodos sem trabalho.
- Quase dois terços (64,3%) dos TCP por escolha que não têm pessoas ao serviço indicaram que esta opção se justifica por não haver trabalho suficiente. Em segundo e terceiro lugares, mas bem distanciados do primeiro, surgem os elevados encargos com os trabalhadores (11,6%) e a vontade de trabalhar sozinho (10,7%). No caso dos TCP por necessidade, a razão associada a não haver trabalho suficiente é apontada por 62,4% das pessoas. Em segundo e terceiro lugares surgem a impossibilidade de ter empregados na atividade que exerce (11,3%) e a vontade de trabalhar sozinho (10,9%).
- Relativamente à existência de parceiros profissionais, 23,9% dos TCP por escolha revelam trabalhar com sócios e 11,4% com outros TCP no âmbito de redes profissionais (e 7,0% em ambas as situações). No caso dos TCP por necessidade, aquelas percentagens são, respetivamente, 10,9%, 20,1% e 2,1% isto é, ganha relevância o trabalho com outros TCP no âmbito de redes profissionais.
- A maior parte dos TCP por escolha não prevê empregar pessoal nem recorrer a subcontratações

nos próximos 12 meses (71,1%). Esta percentagem é maior para os TCP por necessidade (84,2%).

- Quase 9 em cada 10 TCP por escolha revelam estar razoavelmente satisfeitos em termos profissionais (55,9%) ou mesmo totalmente ou muito satisfeitos (31,0%). Estas percentagens descem para 51,1% e 20,9%, respetivamente, no caso dos TCP por necessidade.
- 96,3% dos TCP por escolha e 89,8% dos TCP por necessidade revelam ter autonomia para decidir o tipo e a ordem das tarefas realizadas no âmbito do seu trabalho.

Gráfico 16: TCP por número e importância dos clientes nos últimos 12 meses (%)

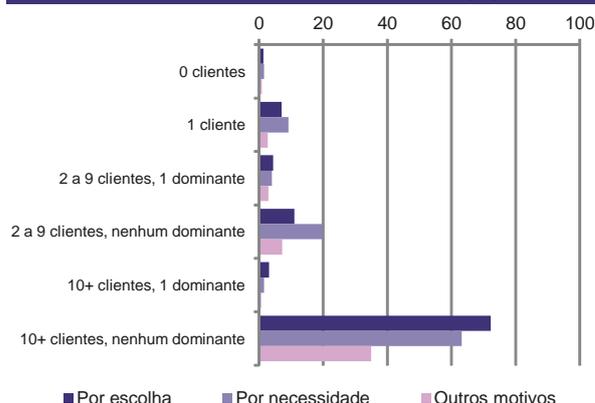


Gráfico 17: TCP por quem decide o horário de trabalho diário (%)

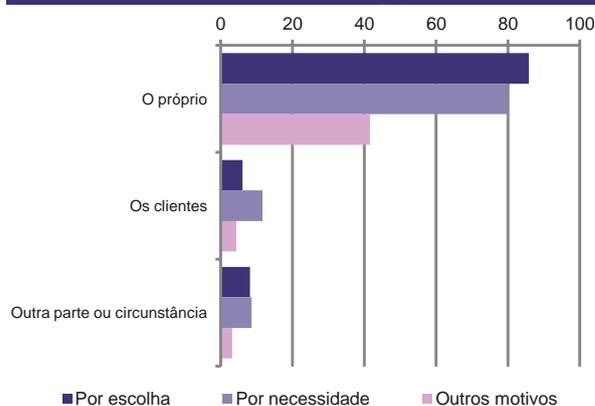


Gráfico 18: TCP por dificuldade principal sentida no exercício da atividade por conta própria nos últimos 12 meses (%)



Gráfico 21: TCP por planos de contratação de empregados e/ou de subcontratação para os próximos 12 meses (%)

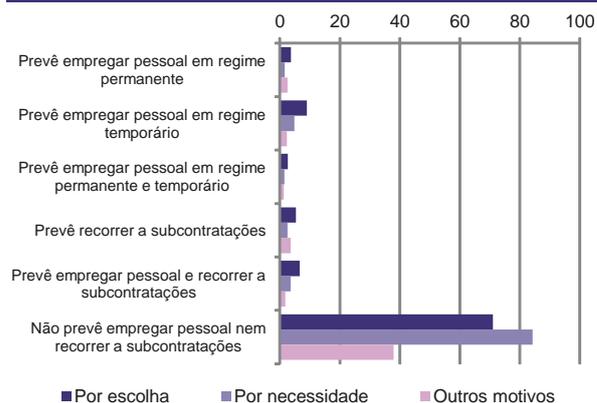


Gráfico 19: TCP sem pessoas ao serviço por razão principal para não terem pessoas ao serviço (%)



Gráfico 22: População empregada por situação na profissão e satisfação profissional (%)

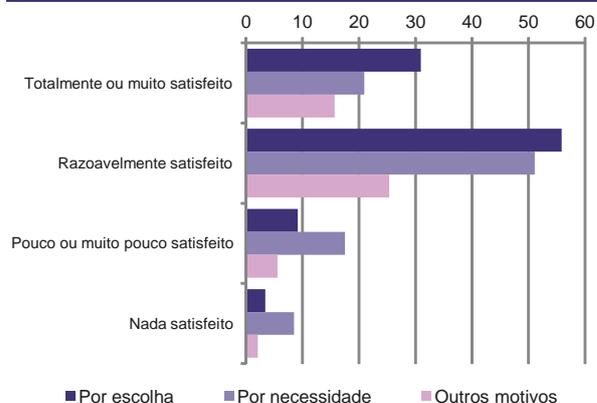


Gráfico 20: TCP por existência de parceiros profissionais (%)

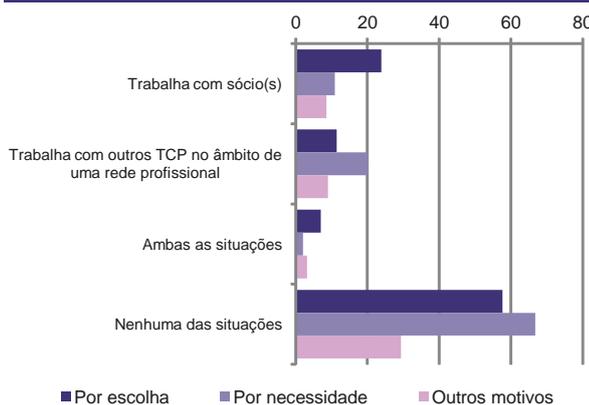
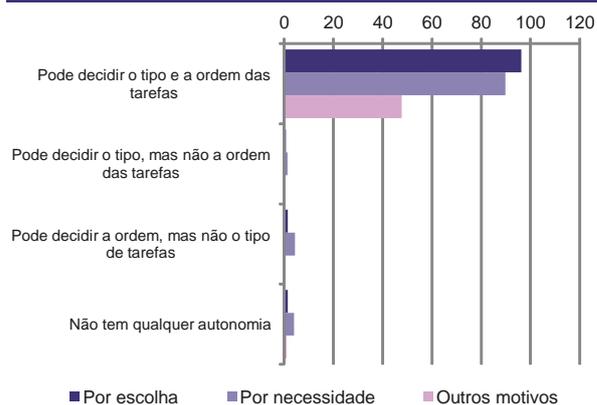


Gráfico 23: População empregada por situação na profissão e autonomia profissional (%)



7. A relação entre a probabilidade de ser ou de transitar para TCP por necessidade e as características dos indivíduos e do seu trabalho

Neste ponto pretende-se explorar, em simultâneo, as características dos indivíduos, das empresas e das condições em que é realizado o trabalho por conta própria que se associam à probabilidade de uma pessoa ser um TCP por necessidade. Para o efeito, foi estimado um modelo Logit, em que a variável dependente toma o valor um quando a pessoa é identificada como TCP por necessidade e zero quando é um TCP por escolha (cf. nota técnica sobre os modelos de regressão utilizados no ponto 7).⁴ As variáveis independentes são as características dos indivíduos e das empresas (sexo, grupo etário, nível de escolaridade, região de residência, situação na profissão e setor de atividade económica – variáveis de inquirição trimestral no Inquérito ao Emprego) e as características do trabalho por conta própria aferidas pelas variáveis do módulo que foram recolhidas para a totalidade dos TCP.

A probabilidade de ser um TCP por necessidade é 9,3 p.p. superior para quem não tem planos de contratação para os próximos 12 meses.

Os resultados devem ser interpretados como uma aproximação à relação isolada de cada uma das variáveis referidas com a probabilidade de ser TCP por necessidade, quando se controla para todas as outras variáveis mencionadas.

Assim, a probabilidade de um indivíduo ser um TCP por necessidade está correlacionada com as variáveis do módulo da seguinte forma (Quadro 6):

- Número de clientes: ter mais do que 10 clientes (face à situação de não ter clientes ou de ter até 10 clientes) diminui, em 4,7 pontos percentuais (p.p.), a probabilidade de ser um TCP por necessidade.
- Quem decide o horário de trabalho: ser o próprio quem decide o horário de trabalho (face à situação de serem os clientes ou outra parte ou circunstância) diminui, em 5,4 p.p., a probabilidade de ser um TCP por necessidade.
- Dificuldades sentidas no exercício do trabalho por conta própria: não ter sentido dificuldades (face à situação de ter sentido dificuldades, nos últimos 12 meses) diminui, em 6,6 p.p., a probabilidade de ser um TCP por necessidade.
- Trabalho em parceria: trabalhar com sócio(s) e/ou com outros TCP no âmbito de redes profissionais diminui, em 4,2 p.p., a probabilidade de ser um TCP por necessidade.
- Planos de contratação: não prever empregar pessoal nem recorrer a subcontratações nos próximos 12

⁴ Trata-se de um total de 416,8 mil indivíduos (foram excluídos da análise os TCP por outros motivos e que não tiveram clientes nos últimos 12 meses).

meses aumenta, em 9,3 p.p., a probabilidade de ser um TCP por necessidade.

- Satisfação profissional: a satisfação profissional (avaliada em níveis positivos: total, muita ou razoável) diminui, em 13,0 p.p., a probabilidade de ser um TCP por necessidade.

A probabilidade de ser um TCP por necessidade é 19,0 p.p. superior para os isolados.

Por outro lado, verificam-se relações positivas entre a probabilidade de um indivíduo ser um TCP por necessidade e as seguintes características desse indivíduo, da empresa ou do seu trabalho:

- Ser homem aumenta a probabilidade de se tratar de um TCP por necessidade em 1,5 p.p..
- Pertencer a qualquer grupo etário (face ao dos jovens, de 15 a 24 anos), com exceção do de 65 e mais anos, aumenta a probabilidade de se tratar de um TCP por necessidade, sobretudo no caso do de 35 a 44 anos (+13,3 p.p.).
- Ter completado níveis de escolaridade mais elevados (comparando com o ter completado apenas, no máximo, um nível correspondente ao básico – 3.º ciclo) aumenta a probabilidade de se tratar de um TCP por necessidade, sobretudo no caso do ensino superior (+16,0 p.p.).
- Comparando com a região Norte, é mais provável um TCP sê-lo por necessidade nas regiões Centro (+2,5 p.p.), Área Metropolitana de Lisboa (+0,5 p.p.) Alentejo (+1,0 p.p.), Algarve (+1,8 p.p.) e Região Autónoma da Madeira (+6,1 p.p.) e menos provável na Região Autónoma dos Açores (-1,8 p.p.).
- Trabalhar nos setores da *Indústria, construção, energia e água* e dos *Serviços* (comparando com a *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*) aumenta a probabilidade de se tratar de um TCP por necessidade em 9,8 p.p. e 8,3 p.p., respetivamente.

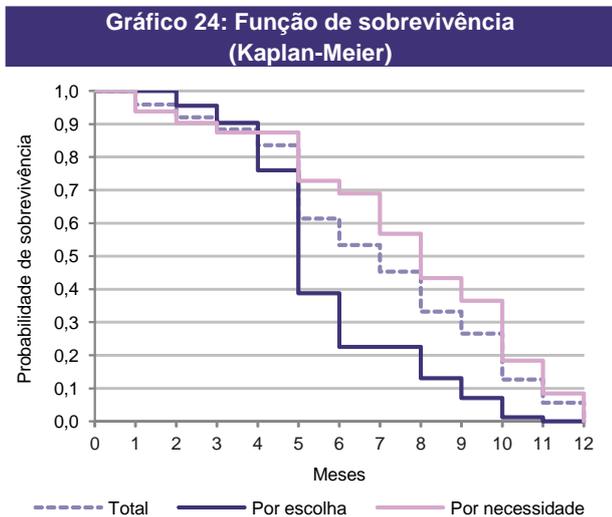
Por fim, um TCP com pessoas ao serviço (empregador), quando comparado com um TCP sem pessoas ao serviço (isolado) tem uma probabilidade acrescida de ser um TCP por necessidade, em 19,0 p.p..

A probabilidade de um não empregado transitar, no espaço de 6 meses, para TCP por escolha é maior, em 46 p.p., do que a de transitar para TCP por necessidade.

Do total de TCP no 2.º trimestre de 2017 (806,2 mil indivíduos), 3,7% (29,9 mil) eram não empregados (desempregados ou inativos) há um ano (informação obtida por auto classificação), o que sugere a realização de transições do não emprego para uma situação de emprego por conta própria.

Tratando-se, embora, de um grupo de pessoas de pequena dimensão, a utilização de uma função de

sobrevivência (Kaplan-Meier; Gráfico 24) permite concluir que a duração média para a realização de uma transição de um não empregado para TCP por necessidade é maior do que para TCP por escolha. Dito de outro modo, a probabilidade de um não empregado se tornar TCP é maior (e a duração menor) se se tratar de um TCP por escolha, atingindo a diferença entre ambas as probabilidades o máximo de 46 p.p. ao fim de 6 meses.



A probabilidade de um não empregado transitar para TCP por necessidade é apenas 0,286 (29%) da observada para TCP por escolha.

Para complementar os resultados anteriores, estimou-se um modelo de sobrevivência com uma especificação *Cox proportional hazard*, utilizando-se como variáveis explicativas as mesmas que foram utilizadas no modelo Logit e ainda uma variável dicotômica para a natureza dos TCP (por necessidade ou por escolha), cf. descrito nota técnica sobre os modelos de regressão utilizados no ponto 7.

Dos resultados deste modelo, apresentados sob a forma de *hazard ratios* (Quadro 7), pode concluir-se que a probabilidade estimada de transitar do não emprego para uma situação de TCP por necessidade é apenas 0,286 (28,6%) da de transitar para TCP por escolha, controlando para as todas as características do indivíduo, da empresa e do trabalho.

A probabilidade de um não empregado transitar para TCP com pessoas ao serviço é 29% da observada para um TCP sem pessoas ao serviço, mas a probabilidade de transição para TCP com mais do que 10 clientes é 4,3 vezes a de um TCP com menos de 10 pessoas ao serviço.

Aquele resultado (*hazard ratios* significativamente inferiores a um) ocorre também para quem: não tem dificuldades no exercício da atividade por conta própria (0,319; ou 31,9% da probabilidade de transição de não emprego para TCP para quem apontou dificuldades); trabalha com sócio(s) e/ou com outros TCP no âmbito de

redes profissionais (0,742); homens (0,403); pessoas com ensino superior (0,797); residentes na Área Metropolitana de Lisboa (0,929) e nas Regiões Autónomas dos Açores (0,385) e da Madeira (0,537); tem pessoas ao serviço (empregadores) (0,280); e trabalha nos *Serviços* (0,720).

Por seu turno, encontram-se *hazard ratios* superiores a um nos seguintes casos: tem mais de 10 clientes (4,276); o próprio decide o horário de trabalho (1,112); não prevê empregar pessoal nem recorrer a subcontratações (2,158); revela satisfação profissional (total, muita ou razoável) (1,272); pertence a qualquer grupo etário, sobretudo dos 35 aos 44 anos (2,964), reside no Alentejo (3,714) ou no Algarve (2,151); e trabalha no setor da *Indústria, construção, energia e água* (1,273).

Em termos do interesse que estes resultados, conjugados com os descritos nos pontos anteriores, podem ter em termos da definição de políticas de emprego, importa referir que ser um TCP por necessidade (16,4% do total de TCP em Portugal, no 2.º trimestre de 2017), em vez de o ser por livre escolha (36,0%) tem uma maior duração na transição do não emprego para essa situação na profissão e cria menos emprego: estes TCP não só têm empresas de menor dimensão, como também revelam planos de contratação para os próximos 12 meses menos ambiciosos.

Nota técnica sobre os módulos *ad hoc* do Inquérito ao Emprego

Definição e objetivos

Os módulos *ad hoc* correspondem a questionários temáticos, de pequena dimensão, sobre assuntos considerados de interesse para a caracterização do mercado de trabalho e têm por objetivo complementar a informação recolhida através do Inquérito ao Emprego. As questões destes inquéritos visam, sobretudo, obter informações mais detalhadas sobre um tema particular que permitam definir e/ou monitorizar iniciativas políticas especificamente europeias.

Legislação

A implementação técnica dos módulos *ad hoc* rege-se por Regulamentos adotados pela Comissão Europeia, dando cumprimento ao Regulamento (CE) N.º 577/1998 do Conselho de 9 de março de 1998 relativo à organização e implementação de um inquérito por amostragem às forças de trabalho na Comunidade (o *Labour Force Survey*), que determina, no ponto 2 do artigo 4.º, a elaboração de um plano de módulos *ad hoc* de realização conjunta com o *Labour Force Survey* (Inquérito ao Emprego, em Portugal).

A metodologia e os procedimentos adotados são os mesmos que foram definidos para o Inquérito ao Emprego.

A cada três anos é adotado, a nível europeu, um programa de módulos *ad hoc* que define os temas e os subtemas dos módulos a realizar no próximo triénio.

Temas

Os temas e as variáveis a incluir nos módulos *ad hoc* (11 variáveis) são definidos por grupos de trabalho constituídos por técnicos de estatística e especialistas de vários Estados Membros, do Eurostat, da Direção Geral do Emprego da Comissão Europeia (DG EMPL), da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e do Banco Central Europeu (BCE), entre outros.

No seguinte endereço do Eurostat encontra-se a lista dos vários módulos *ad hoc* já realizados, designadamente informação relevante sobre os mesmos e resultados obtidos para os diversos países:

http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/EU_labour_force_survey_-_ad_hoc_modules.

Periodicidade

Por servirem para monitorizar políticas públicas europeias, os módulos *ad hoc* são realizados todos os anos e os temas abordados são repetidos ciclicamente,

dependendo das necessidades e do interesse sobre o tópico em questão.

Período de referência e população-alvo

Em Portugal, os módulos *ad hoc* são realizados em simultâneo com o Inquérito ao Emprego no 2.º trimestre de cada ano e são dirigidos à população residente.

Âmbito territorial

À semelhança do Inquérito ao Emprego, os módulos *ad hoc* são realizados em todo o território nacional: Continente e Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Resultados

A extrapolação dos resultados, tal como no Inquérito ao Emprego, é feita a partir de sistemas de ponderadores regionais, determinados a partir de estimativas independentes da população. Estes ponderadores são função das seguintes variáveis: região NUTS II por sexo e grupos etários quinquenais e ainda região NUTS III (ou agregações) por sexo ou grandes grupos etários.

Conceitos utilizados neste artigo

Empregado: Indivíduo com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, se encontrava numa das seguintes situações:

- tinha efetuado um trabalho de pelo menos uma hora, mediante o pagamento de uma remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou em géneros;
- tinha uma ligação formal a um emprego, mas não estava ao serviço;
- tinha uma empresa, mas não estava temporariamente a trabalhar por uma razão específica;
- estava em situação de pré-reforma, mas a trabalhar.

Trabalhador por conta de outrem: Indivíduo que exerce uma atividade sob a autoridade e direção de outrem, nos termos de um contrato de trabalho, sujeito ou não a forma escrita, e que lhe confere o direito a uma remuneração, a qual não depende dos resultados da unidade económica para a qual trabalha.

Trabalhador por conta própria: Indivíduo que exerce uma atividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos. Os associados podem ser, ou não, membros do agregado

familiar. Um trabalhador por conta própria pode ser classificado como trabalhador por conta própria como isolado ou como empregador.

Trabalhador por conta própria como empregador: Indivíduo que exerce uma atividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos e que, a esse título, emprega habitualmente um ou vários TCO para trabalharem na sua empresa.

Trabalhador por conta própria como isolado: Indivíduo que exerce uma atividade independente, com associados ou não, obtendo uma remuneração que está diretamente dependente dos lucros (realizados ou potenciais) provenientes de bens ou serviços produzidos e que, habitualmente, não contrata trabalhador(es) por conta de outrem para com ele trabalhar(em). Os associados podem ser, ou não, membros do agregado familiar.

Trabalhador familiar não remunerado: Indivíduo que exerce uma atividade independente numa empresa orientada para o mercado e explorada por um familiar, não sendo contudo seu associado nem estando vinculado por um contrato de trabalho.

Classificações utilizadas neste artigo

NUTS - Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos, Versão de 2013, estabelecida pela Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro de 2013, e pelo Regulamento (UE) N.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014 (NUTS-2013).

- Nível II: Norte, Centro, Área Metropolitana de Lisboa, Alentejo, Algarve, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira.

CAE-Rev. 3 – Classificação Portuguesa das Atividades Económicas, Revisão 3.

A: Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca
C: Indústrias transformadoras
F: Construção
G: Comércio por grosso e a retalho
H: Transportes e armazenagem
I: Alojamento, restauração e similares
J: Atividades de informação e de comunicação
K: Atividades financeiras e de seguros
L: Atividades imobiliárias
M: Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares
N: Atividades administrativas e dos serviços de apoio
O: Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória
P: Educação
Q: Atividades de saúde humana e apoio social

R: Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas
S a U: Outros serviços

CPP-10 – Classificação Portuguesa de Profissões, Versão 2010.

1: Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos
2: Especialistas das atividades intelectuais e científicas
3: Técnicos e profissionais de nível intermédio
4: Pessoal administrativo
5: Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores
6: Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta
7: Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artefices
8: Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem
9: Trabalhadores não qualificados
0: Forças Armadas

Mais informações

As opções metodológicas inerentes à operacionalização do módulo *ad hoc* de 2017 do Inquérito ao Emprego “O trabalho por conta própria” encontram-se descritas no documento metodológico desta operação estatística, disponível no Portal das Estatísticas Oficiais em:

<http://smi.ine.pt/DocumentacaoMetodologica/Detalhes/1446>

O documento metodológico do Inquérito ao Emprego encontra-se disponível em:

<http://smi.ine.pt/DocumentacaoMetodologica/Detalhes/1362>

Nota técnica sobre os modelos de regressão utilizados no ponto 7

As probabilidades de ser TCP por necessidade, calculadas para a análise conduzida no ponto 7, resultam da estimação um modelo Logit. A variável dependente toma o valor um quando a pessoa é identificada como TCP por necessidade e zero quando se trata de um TCP por escolha, utilizando-se os ponderadores respetivos. As variáveis independentes são as características dos indivíduos, das empresas e do trabalho por conta própria, designadamente:

Características do trabalho por conta própria, aferidas por seis variáveis do módulo, cuja informação foi recolhida para a totalidade dos TCP e onde se procedeu à agregação das categorias de resposta da seguinte forma:

- Número de clientes (mais de 10 clientes vs. até 10 clientes); quem decide o horário de trabalho (o próprio vs. outra parte ou circunstância); dificuldades sentidas no exercício da atividade por conta própria nos últimos 12 meses (sem dificuldades; com dificuldades); trabalho em parceria (trabalha com sócio(s) e/ou com outros TCP no âmbito de redes profissionais vs. não trabalha nessas circunstâncias); planos de contratação nos próximos 12 meses (não prevê empregar pessoal nem recorrer a subcontratações vs. prevê empregar pessoal ou recorrer a subcontratações); satisfação profissional (total, muita ou razoável vs. pouca, muito pouca ou nenhuma).

Variáveis de inquirição trimestral no Inquérito ao Emprego:

- Sexo (2 categorias); grupo etário (5 categorias); nível de escolaridade completo (3 categorias); região de residência NUTS II (7 regiões); situação na profissão (com e sem pessoas ao serviço – empregador e isolado, respetivamente); e setor de atividade económica (3 setores).

As regressões foram estimadas para os TCP por necessidade e por escolha, tendo sido excluídos os que o são por outros motivos e que não tiveram clientes nos últimos 12 meses, o que corresponde a um total de 416,8 mil indivíduos (valor estimado).

Para as variáveis explicativas que foram definidas como variáveis *dummy* com mais do que uma categoria (grupo etário, nível de escolaridade completo, região de residência NUTS II e setor de atividade económica), as classes de comparação (categorias base) foram as seguintes: 15 a 24 anos, até ao básico – 3.º ciclo, Norte e *Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca*.

A probabilidade de ser um TCP por necessidade foi estimada a partir da seguinte equação:

$$Pr(TCP_{nec.i} = 1 | X_i) = F(X_i\beta),$$

onde $F(X_i\beta) = \exp(X_i\beta) / (1 + \exp(X_i\beta))$ é a função logística cumulativa e X_i é o vetor de variáveis explicativas mencionadas acima para o caso da estimação da probabilidade da pessoa ser um TCP por necessidade.

Os coeficientes apresentados correspondem aos efeitos marginais, isto é, às variações na probabilidade de ser um TCP por necessidade associadas a cada uma das características dos TCP incluídas como variáveis explicativas (em relação à categoria base), mantendo as restantes inalteradas (avaliadas na média).

O modelo de sobrevivência estimado foi um *Cox proportional hazard model*:

$$h_i(t | X_i) = h_0(t) \exp(X_i\beta),$$

onde h é a *hazard* (ou o risco – neste caso, de transitar de uma situação de desemprego ou inatividade, há um ano,

para a situação de TCP no 2.º trimestre de 2017), X_i é o mesmo vetor de variáveis explicativas mencionadas acima mais uma variável dicotómica para o TCP por necessidade ou por escolha e h_0 a *baseline hazard*, i.e., a *hazard* de uma pessoa com o valor zero para todas as variáveis explicativas. A variável duração corresponde a: 12 meses – antiguidade no emprego atual (em meses).

A expressão acima também pode ser escrita na forma, após aplicação de logaritmos:

$$\ln\left(\frac{h(t)}{h_0(t)}\right) = X_i\beta,$$

onde os coeficientes $\exp(\beta)$ correspondem a *hazard ratios* e devem ser interpretados como a probabilidade de realizar a transição referida (de não emprego para TCP) associada a cada uma das características dos TCP incluídas como variáveis explicativas (em relação à categoria base), mantendo as restantes inalteradas.

Anexo

Quadro 1: População empregada por situação na profissão, segundo diversas características Portugal - 2.º trimestre de 2017

	Total	Por conta de outrem	Por conta própria		
			Total	Sem pessoas ao serviço	Com pessoas ao serviço
			Milhares de pessoas		
Total	4 760,4	3 931,5	806,2	584,7	221,5
NUTS II					
Norte	1 662,3	1 359,6	293,3	205,0	88,2
Centro	1 069,4	834,1	230,4	176,7	53,7
Área Metropolitana de Lisboa	1 272,7	1 116,4	152,4	109,0	43,4
Alentejo	315,1	261,3	52,1	38,2	13,9
Algarve	213,3	170,3	41,2	28,2	13,0
Região Autónoma dos Açores	109,6	92,6	16,2	11,4	4,9
Região Autónoma da Madeira	118,2	97,1	20,5	16,2	4,3
Sexo					
Homens	2 443,8	1 919,9	513,1	358,6	154,4
Mulheres	2 316,6	2 011,5	293,1	226,0	67,1
Grupo etário					
15 a 24 anos	275,4	263,9	8,7	8,5	0,2
25 a 34 anos	935,6	863,9	70,6	50,2	20,3
35 a 44 anos	1 306,3	1 154,4	148,0	94,9	53,1
45 a 64 anos	1 985,4	1 590,2	385,3	261,0	124,3
65 e mais anos	257,6	59,0	193,6	170,0	23,6
Nível de escolaridade completo					
Até ao básico - 3.º ciclo	2 276,1	1 716,7	542,1	415,3	126,7
Secundário e pós-secundário	1 260,4	1 130,5	125,9	76,9	49,0
Superior	1 223,9	1 084,2	138,3	92,4	45,8
Regime de duração do trabalho					
Tempo completo	4 205,6	3 619,6	578,0	364,5	213,5
Tempo parcial	554,8	311,9	228,2	220,1	8,0
Atividade principal (CAE-Rev. 3)					
A: Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	331,9	90,6	237,4	225,0	12,4
B a F: Indústria, construção, energia e água	1 164,5	1 020,0	142,1	85,0	57,1
C: Indústrias transformadoras	784,5	726,9	55,3	27,0	28,4
F: Construção	315,6	229,1	86,4	58,0	28,4
G a U: Serviços	3 264,0	2 821,0	426,7	274,7	152,1
G: Comércio por grosso e a retalho	695,2	539,6	148,0	90,2	57,8
H: Transportes e armazenagem	199,6	184,6	15,0	7,3	7,7
I: Alojamento, restauração e similares	338,7	262,6	68,6	32,1	36,5
J: Atividades de informação e de comunicação	118,6	109,3	9,3	7,7	1,6
K: Atividades financeiras e de seguros	107,5	98,6	9,0	7,2	1,8
L: Atividades imobiliárias	42,8	27,4	15,4	9,5	5,9
M: Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	201,8	142,1	59,6	41,3	18,3
N: Atividades administrativas e dos serviços de apoio	158,4	146,1	11,4	6,9	4,5
O: Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória	290,0	288,8	1,2	1,2	-
P: Educação	391,4	376,4	14,9	12,9	2,0
Q: Atividades da saúde humana e apoio social	439,9	419,5	20,4	12,7	7,7
R: Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	58,9	47,3	11,6	9,3	2,2
S a U: Outros serviços	221,2	178,8	42,3	36,2	6,1
Profissão (CPP-10)					
1: Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	285,6	132,2	152,7	55,0	97,7
2: Especialistas das atividades intelectuais e científicas	868,5	761,2	107,4	79,9	27,4
3: Técnicos e profissionais de nível intermédio	541,8	502,9	38,2	25,6	12,7
4: Pessoal administrativo	380,8	371,4	8,1	2,7	5,4
5: Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	828,1	699,8	119,2	91,7	27,5
6: Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	302,0	67,9	230,9	222,6	8,3
7: Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	631,2	506,0	124,5	89,0	35,5
8: Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	397,8	382,6	15,2	9,7	5,5
9: Trabalhadores não qualificados	504,6	487,8	10,0	8,4	1,5
0: Forças Armadas	19,9	19,9	-	-	-

Fonte: INE, Módulo *ad hoc* do Inquérito ao Emprego 2017 "Trabalho por conta própria".

Nota:

As estimativas assinaladas a itálico têm margens de erro (coeficientes de variação) associadas superiores a 20%, pelo que têm menor precisão.

Quadro 2: Trabalhadores por conta própria sem e com pessoas ao serviço, segundo as variáveis do módulo
Portugal - 2.º trimestre de 2017

	Total	Sem pessoas ao serviço	Com pessoas ao serviço
Milhares de pessoas			
Número e importância dos clientes	806,2	584,7	221,5
Não teve clientes	9,7	9,0	0,6
Apenas 1 cliente	43,5	39,8	3,7
2 a 9 clientes, mas 1 em posição dominante	29,3	24,6	4,8
2 a 9 clientes, mas nenhum em posição dominante	86,3	70,1	16,2
10 ou mais clientes, mas 1 em posição dominante	13,7	7,9	5,8
10 ou mais clientes, mas nenhum em posição dominante	427,4	245,4	181,9
Não resposta	196,4	187,8	8,6
Quem decide o horário de trabalho diário (a)	796,6	575,6	220,9
O próprio	507,6	322,0	185,6
Os clientes	49,0	38,2	10,9
Outra parte ou circunstância	46,5	29,7	16,8
Não resposta	193,4	185,8	7,6
Dependência económica (dos TCP sem pessoas ao serviço)	584,7	N.A.	N.A.
Economicamente dependentes	10,5	N.A.	N.A.
Economicamente não dependentes	574,1	N.A.	N.A.
Razão principal do trabalho por conta própria	806,2	584,7	221,5
Não consegui encontrar um emprego por conta de outrem	92,3	77,5	14,9
Por pressão do empregador	3,2	3,2	-
É prática corrente no ramo de atividade que tem	78,1	61,6	16,5
Apareceu uma boa oportunidade	167,0	83,9	83,1
Para trabalhar ou dar continuidade a um negócio familiar	103,9	57,2	46,7
Não queria nem tinha planeado trabalhar por conta própria, mas fê-lo por razões diferentes das anteriores	36,9	25,8	11,0
Devido ao horário de trabalho flexível	19,6	15,1	4,4
Outra razão	103,3	69,1	34,1
Não resposta	202,0	191,1	10,9
Dificuldade principal sentida no exercício da atividade por conta própria	806,2	584,7	221,5
Pouca ou nenhuma autonomia na fixação do preço do próprio trabalho	34,6	23,0	11,6
Falta de acesso a financiamento para o negócio	23,9	14,2	9,7
Os clientes não pagam ou pagam tarde	111,4	60,9	50,5
Carga administrativa excessiva	49,7	24,3	25,4
Períodos de doença durante os quais não teve rendimento	15,9	13,3	2,6
Períodos de dificuldades financeiras	36,4	27,0	9,4
Períodos sem trabalho	126,8	98,5	28,3
Outra dificuldade	47,7	30,0	17,7
Não sentiu qualquer dificuldade	154,0	98,3	55,7
Não resposta	205,8	195,2	10,5
Razão principal para não terem pessoas ao serviço (dos TCP sem pessoas ao serviço)	584,7	N.A.	N.A.
Quer trabalhar sozinho	45,4	N.A.	N.A.
Não há trabalho suficiente	243,3	N.A.	N.A.
Dificuldade em encontrar pessoal adequado	8,6	N.A.	N.A.
Requisitos jurídicos/legais de contratação demasiado burocráticos ou exigentes	1,3	N.A.	N.A.
Encargos sociais com os empregados demasiado elevados	38,8	N.A.	N.A.
Não é possível ter empregados na atividade que exerce	24,4	N.A.	N.A.
Prefere trabalhar com sócios ou subcontratados	7,1	N.A.	N.A.
Os clientes preferem que faça o trabalho pessoalmente	6,9	N.A.	N.A.
Outra razão	22,2	N.A.	N.A.
Não resposta	186,5	N.A.	N.A.
Existência de parceiros profissionais	806,2	584,7	221,5
Trabalha com sócio(s)	116,5	39,5	77,0
Trabalha com outros trabalhadores por conta própria no âmbito de uma rede profissional	94,2	72,1	22,1
Ambas as situações	35,3	7,6	27,7
Nenhuma das situações	368,5	281,0	87,5
Não resposta	191,8	184,4	7,4
Planos de contratação de empregados e/ou de subcontratação	806,2	584,7	221,5
Prevê empregar pessoal em regime permanente	22,8	5,8	16,9
Prevê empregar pessoal em regime temporário	41,6	18,3	23,3
Prevê empregar pessoal em regime permanente e temporário	14,8	2,9	11,8
Prevê recorrer a subcontratações	32,7	18,6	14,1
Prevê empregar pessoal e recorrer a subcontratações	30,8	7,7	23,1
Não prevê empregar pessoal nem recorrer a subcontratações	463,4	344,1	119,3
Não resposta	200,2	187,1	13,0

Fonte: INE, Módulo *ad hoc* do Inquérito ao Emprego 2017 "Trabalho por conta própria".

Notas:

(a) São excluídos da população-alvo desta variável os trabalhadores por conta própria que não tiveram clientes nos últimos 12 meses.

As estimativas assinaladas a itálico têm margens de erro (coeficientes de variação) associadas superiores a 20%, pelo que têm menor precisão.

N.A.: Não aplicável.

Quadro 3: População empregada por situação na profissão, segundo as variáveis do módulo Portugal - 2.º trimestre de 2017

	Total	Por conta de outrem	Por conta própria		
			Total	Sem pessoas ao serviço	Com pessoas ao serviço
			Milhares de pessoas		
Satisfação profissional	4 760,4	3 931,5	806,2	584,7	221,5
Totalmente ou muito satisfeito	1 479,8	1 296,2	177,9	99,6	78,3
Razoavelmente satisfeito	2 480,8	2 143,9	327,3	212,8	114,6
Pouco ou muito pouco satisfeito	403,1	327,7	71,3	56,8	14,5
Nada satisfeito	143,3	112,2	29,2	23,8	5,4
Não resposta	253,4	51,5	200,5	191,7	8,8
Autonomia profissional	4 760,4	3 931,5	806,2	584,7	221,5
Pode decidir o tipo e a ordem das tarefas	2 828,8	2 231,1	581,5	373,7	207,8
Pode decidir o tipo, mas não a ordem das tarefas	245,5	240,1	5,1	4,1	1,0
Pode decidir a ordem, mas não o tipo de tarefas	476,1	462,1	12,6	9,7	2,9
Não tem qualquer autonomia	963,9	946,9	13,6	11,3	2,3
Não resposta	246,1	51,3	193,5	186,0	7,5
Situação na profissão preferida	4 760,4	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Não quer mudar de situação na profissão	3 433,2	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Trabalha por conta própria, mas gostaria de trabalhar por conta de outrem	115,4	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Trabalha por conta de outrem ou como trabalhador familiar não remunerado, mas gostaria de trabalhar por conta própria	819,0	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Não resposta	392,7	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Razão principal para não mudarem de situação na profissão (a)	819,0	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Insegurança financeira	355,6	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Dificuldade em obter financiamento para o negócio	260,1	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Excesso de stress, responsabilidade ou risco	58,7	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Menos cobertura da proteção social	24,1	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Outra razão	115,8	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.
Não resposta	4,8	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.

Fonte: INE, Módulo *ad hoc* do Inquérito ao Emprego 2017 "Trabalho por conta própria".

Notas:

(a) A população-alvo desta variável corresponde aos trabalhadores por conta de outrem e aos trabalhadores familiares não remunerados.

As estimativas assinaladas a itálico têm margens de erro (coeficientes de variação) associadas superiores a 20%, pelo que têm menor precisão.

N.A.: Não aplicável.

Quadro 4: Trabalhadores por conta própria por escolha, necessidade ou outros motivos, segundo diversas características Portugal - 2.º trimestre de 2017

	Total	Por escolha	Por necessidade	Outros motivos
Milhares de pessoas				
Total	806,2	290,4	132,4	383,4
NUTS II				
Norte	293,3	109,5	46,2	137,6
Centro	230,4	69,1	31,8	129,5
Área Metropolitana de Lisboa	152,4	60,4	31,4	60,7
Alentejo	52,1	22,1	10,0	20,0
Algarve	41,2	17,4	7,6	16,3
Região Autónoma dos Açores	16,2	7,3	2,5	6,5
Região Autónoma da Madeira	20,5	4,7	3,0	12,7
Sexo				
Homens	513,1	187,9	82,7	242,4
Mulheres	293,1	102,5	49,7	141,0
Grupo etário				
15 a 24 anos	8,7	2,8	2,2	3,7
25 a 34 anos	70,6	30,8	15,2	24,7
35 a 44 anos	148,0	60,1	39,8	48,2
45 a 64 anos	385,3	156,6	62,9	165,8
65 e mais anos	193,6	40,2	12,4	141,0
Nível de escolaridade completo				
Até ao básico - 3.º ciclo	542,1	188,9	71,2	281,9
Secundário e pós-secundário	125,9	57,6	28,5	39,8
Superior	138,3	43,9	32,7	61,6
Situação na profissão				
Trabalhadores por conta própria sem pessoas ao serviço	584,7	156,2	106,5	321,9
Trabalhadores por conta própria com pessoas ao serviço	221,5	134,2	25,9	61,5
Regime de duração do trabalho				
Tempo completo	578,0	265,5	101,7	210,9
Tempo parcial	228,2	24,9	30,7	172,5
Atividade principal (CAE-Rev. 3)				
A: Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	237,4	33,1	12,3	192,0
B a F: Indústria, construção, energia e água	142,1	66,1	28,1	47,9
C: Indústrias transformadoras	55,3	30,3	8,5	16,5
F: Construção	86,4	35,6	19,6	31,2
G a U: Serviços	426,7	191,3	92,0	143,5
G: Comércio por grosso e a retalho	148,0	79,7	32,4	35,9
H: Transportes e armazenagem	15,0	10,7	1,5	2,8
I: Alojamento, restauração e similares	68,6	39,3	11,6	17,7
J: Atividades de informação e de comunicação	9,3	1,8	3,4	4,2
K: Atividades financeiras e de seguros	9,0	2,8	1,7	4,5
L: Atividades imobiliárias	15,4	5,2	4,5	5,7
M: Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	59,6	15,9	9,7	34,1
N: Atividades administrativas e dos serviços de apoio	11,4	3,7	4,6	3,2
O: Administração Pública, Defesa e Segurança Social Obrigatória	1,2	0,4	0,8	-
P: Educação	14,9	4,0	5,8	5,0
Q: Atividades da saúde humana e apoio social	20,4	7,0	5,6	7,8
R: Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	11,6	3,7	2,3	5,5
S a U: Outros serviços	42,3	17,1	8,1	17,1
Profissão (CPP-10)				
1: Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores executivos	152,7	89,0	24,9	38,7
2: Especialistas das atividades intelectuais e científicas	107,4	29,4	23,2	54,7
3: Técnicos e profissionais de nível intermédio	38,2	14,8	8,7	14,8
4: Pessoal administrativo	8,1	5,4	0,6	2,0
5: Trabalhadores dos serviços pessoais, de proteção e segurança e vendedores	119,2	58,1	28,2	32,9
6: Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	230,9	28,5	12,3	190,1
7: Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	124,5	52,1	29,4	43,0
8: Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	15,2	8,6	2,6	3,9
9: Trabalhadores não qualificados	10,0	4,5	2,4	3,2
0: Forças Armadas	-	-	-	-

Fonte: INE, Módulo *ad hoc* do Inquérito ao Emprego 2017 "Trabalho por conta própria".

Nota:

As estimativas assinaladas a itálico têm margens de erro (coeficientes de variação) associadas superiores a 20%, pelo que têm menor precisão.

Quadro 5: Trabalhadores por conta própria por escolha, necessidade ou outros motivos, segundo as variáveis do módulo Portugal - 2.º trimestre de 2017

	Total	Por escolha	Por necessidade	Outros motivos
Milhares de pessoas				
Número e importância dos clientes	806,2	290,4	132,4	383,4
Não teve clientes	9,7	4,0	2,1	3,6
Apenas 1 cliente	43,5	20,6	12,2	10,7
2 a 9 clientes, mas 1 em posição dominante	29,3	12,8	5,3	11,2
2 a 9 clientes, mas nenhum em posição dominante	86,3	32,1	26,3	27,9
10 ou mais clientes, mas 1 em posição dominante	13,7	9,1	2,1	2,6
10 ou mais clientes, mas nenhum em posição dominante	427,4	209,7	83,6	134,0
Não resposta	196,4	2,1	0,8	193,4
Quem decide o horário de trabalho diário (a)	796,6	286,4	130,3	379,8
O próprio	507,6	245,8	104,1	157,8
Os clientes	49,0	17,4	15,1	16,5
Outra parte ou circunstância	46,5	23,2	11,2	12,1
Não resposta	193,4	-	-	193,4
Dependência económica (dos TCP sem pessoas ao serviço)	584,7	156,2	106,5	321,9
Economicamente dependentes	10,5	3,4	4,1	3,0
Economicamente não dependentes	574,1	152,8	102,4	318,9
Dificuldade principal sentida no exercício da atividade por conta própria	806,2	290,4	132,4	383,4
Pouca ou nenhuma autonomia na fixação do preço do próprio trabalho	34,6	16,4	7,8	10,4
Falta de acesso a financiamento para o negócio	23,9	9,4	7,7	6,8
Os clientes não pagam ou pagam tarde	111,4	56,9	18,5	36,0
Carga administrativa excessiva	49,7	23,5	7,8	18,4
Períodos de doença durante os quais não teve rendimento	15,9	6,9	5,1	3,9
Períodos de dificuldades financeiras	36,4	16,7	10,4	9,4
Períodos sem trabalho	126,8	56,7	38,3	31,8
Outra dificuldade	47,7	23,1	9,9	14,7
Não sentiu qualquer dificuldade	154,0	75,0	23,8	55,2
Não resposta	205,8	5,9	3,0	196,8
Razão principal para não terem pessoas ao serviço (dos TCP sem pessoas ao serviço)	584,7	156,2	106,5	321,9
Quer trabalhar sozinho	45,4	16,7	11,6	17,2
Não há trabalho suficiente	243,3	100,4	66,5	76,4
Dificuldade em encontrar pessoal adequado	8,6	4,1	1,6	3,0
Requisitos jurídicos/legais de contratação demasiado burocráticos ou exigentes	1,3	0,6	0,4	0,4
Encargos sociais com os empregados demasiado elevados	38,8	18,1	10,1	10,5
Não é possível ter empregados na atividade que exerce	24,4	5,6	12,0	6,7
Prefere trabalhar com sócios ou subcontratados	7,1	1,7	0,6	4,8
Os clientes preferem que faça o trabalho pessoalmente	6,9	3,3	0,9	2,6
Outra razão	22,2	5,2	2,6	14,4
Não resposta	186,5	0,5	0,2	185,9
Existência de parceiros profissionais	806,2	290,4	132,4	383,4
Trabalha com sócio(s)	116,5	69,4	14,4	32,7
Trabalha com outros trabalhadores por conta própria no âmbito de uma rede profissional	94,2	33,2	26,7	34,3
Ambas as situações	35,3	20,4	2,7	12,1
Nenhuma das situações	368,5	167,4	88,4	112,6
Não resposta	191,8	-	0,2	191,6
Planos de contratação de empregados e/ou de subcontratação	806,2	290,4	132,4	383,4
Prevê empregar pessoal em regime permanente	22,8	10,8	2,1	9,9
Prevê empregar pessoal em regime temporário	41,6	26,2	6,5	8,9
Prevê empregar pessoal em regime permanente e temporário	14,8	7,9	2,0	4,9
Prevê recorrer a subcontratações	32,7	15,5	3,5	13,7
Prevê empregar pessoal e recorrer a subcontratações	30,8	19,2	4,7	6,9
Não prevê empregar pessoal nem recorrer a subcontratações	463,4	206,4	111,5	145,4
Não resposta	200,2	4,5	2,1	193,6
Satisfação profissional	806,2	290,4	132,4	383,4
Totalmente ou muito satisfeito	177,9	89,9	27,7	60,2
Razoavelmente satisfeito	327,3	162,3	67,7	97,3
Pouco ou muito pouco satisfeito	71,3	26,7	23,2	21,4
Nada satisfeito	29,2	9,9	11,3	8,0
Não resposta	200,5	1,6	2,5	196,3
Autonomia profissional	806,2	290,4	132,4	383,4
Pode decidir o tipo e a ordem das tarefas	581,5	279,6	118,9	182,9
Pode decidir o tipo, mas não a ordem das tarefas	5,1	2,0	1,8	1,3
Pode decidir a ordem, mas não o tipo de tarefas	12,6	4,4	5,8	2,4
Não tem qualquer autonomia	13,6	4,3	5,3	3,9
Não resposta	193,5	0,1	0,6	192,8

Fonte: INE, Módulo *ad hoc* do Inquérito ao Emprego 2017 "Trabalho por conta própria".

Notas:

(a) São excluídos da população-alvo desta variável os trabalhadores por conta própria que não tiveram clientes nos últimos 12 meses.

As estimativas assinaladas a itálico têm margens de erro (coeficientes de variação) associadas superiores a 20%, pelo que têm menor precisão.

**Quadro 6: Resultados da regressão Logit, impactos na probabilidade de ser TCP por necessidade (efeitos marginais)
Portugal - 2.º trimestre de 2017**

Variáveis	Efeitos marginais
Variáveis do módulo:	
Mais de 10 clientes	-0,047***
O próprio decide o horário de trabalho	-0,054***
Sem dificuldades sentidas no exercício da atividade por conta própria	-0,066***
Trabalha com sócio(s) e/ou com outros TCP no âmbito de redes profissionais	-0,042***
Não prevê empregar pessoal nem recorrer a subcontratações	0,093***
Satisfação profissional = total, muita ou razoável	-0,130***
Outras variáveis do Inquérito ao Emprego:	
Sexo	
Homem	0,015***
Grupo etário	
25 a 34 anos	0,023***
34 a 44 anos	0,133***
45 a 64 anos	0,029***
65 e mais anos	-0,020***
Nível de escolaridade completo	
Secundário e pós-secundário	0,062***
Superior	0,160***
Região NUTS II	
Centro	0,025***
Área Metropolitana de Lisboa	0,005***
Alentejo	0,010***
Algarve	0,018***
Região Autónoma dos Açores	-0,018***
Região Autónoma da Madeira	0,061***
Situação na profissão	
TCP com pessoas ao serviço (empregador)	-0,190***
Atividade principal (CAE-Rev. 3)	
B a F: Indústria, construção, energia e água	0,098***
G a U: Serviços	0,083***
N (população)	416 763
Log Likelihood	-229 870
Pseudo R2	0,112

Notas:

* $p < 0.10$; ** $p < 0.05$; *** $p < 0.01$. Regressão ponderada.

Todas as variáveis definidas em *dummies*. Classes de comparação:

Até 10 clientes

Os clientes ou outra parte ou circunstância decidem o horário de trabalho

Com dificuldades sentidas no exercício da atividade por conta própria (nos últimos 12 meses)

Não trabalha com sócio(s) nem com outros TCO no âmbito de redes profissionais

Prevê empregar pessoal ou recorrer a subcontratações (nos próximos 12 meses)

Satisfação profissional = pouca, muito pouca ou nenhuma

Mulher

15 a 24 anos

Até ao básico - 3.º ciclo

Norte

TCP sem pessoas ao serviço (isolado)

Secção A (Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca)

**Quadro 7: Resultados da regressão Cox proportional hazard
(Hazard ratios)
Portugal - 2.º trimestre de 2017**

Variáveis	Hazard ratios
TCP por necessidade	0,286***
Variáveis do módulo	
Mais de 10 clientes	4,276***
O próprio decide o horário de trabalho	1,112***
Sem dificuldades sentidas no exercício da atividade por conta própria	0,319***
Trabalha com sócio(s) e/ou com outros TCP no âmbito de redes profissionais	0,742***
Não prevê empregar pessoal nem recorrer a subcontratações	2,158***
Satisfação profissional = total, muita ou razoável	1,272***
Outras variáveis do Inquérito ao Emprego	
Sexo	
Homem	0,403***
Grupo etário	
25 a 34 anos	2,270***
34 a 44 anos	2,964***
45 a 64 anos	1,844***
65 e mais anos	N.D.
Nível de escolaridade completo	
Secundário e pós-secundário	0,960
Superior	0,797***
Região NUTS II	
Centro	1,006
Área Metropolitana de Lisboa	0,929***
Alentejo	3,714***
Algarve	2,151***
Região Autónoma dos Açores	0,385***
Região Autónoma da Madeira	0,537***
Situação na profissão	
TCP com pessoas ao serviço (empregador)	0,280***
Atividade principal (CAE-Rev. 3)	
B a F: Indústria, construção, energia e água	1,273***
G a U: Serviços	0,720***
N (população)	18,122
Log Likelihood	-158 450

Notas:

* $p < 0.10$; ** $p < 0.05$; *** $p < 0.01$. Regressão ponderada.

Todas as variáveis definidas em *dummies*. Classes de comparação:

Até 10 clientes

Os clientes ou outra parte ou circunstância decidem o horário de trabalho

Com dificuldades sentidas no exercício da atividade por conta própria (nos últimos 12 meses)

Não trabalha com sócio(s) nem com outros TCO no âmbito de redes profissionais

Prevê empregar pessoal ou recorrer a subcontratações (nos próximos 12 meses)

Satisfação profissional = pouca, muito pouca ou nenhuma

Mulher

15 a 24 anos

Até ao básico - 3.º ciclo

Norte

TCP sem pessoas ao serviço (isolado)

Secção A (Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca)